

Manifestação forçou reitoria a reabrir negociação com os sindicatos. É hora de avançar na mobilização

Sem 13º, semestre não começa! **Greve a partir de 25/2 para exigir o pagamento do nosso 13º salário e rejeitar os ataques à Universidade**

*Assembleias de base até 19/2 devem discutir proposta de greve.
Assembleia geral em 20/2, em SP, vai tabular resultados e votar a deflagração*

A Plenária Estadual da Adunesp realizada nos dias 13 e 14/2/2019, em SP, contou com a presença de docentes de nove *campi* e registrou debates aprofundados sobre a situação atual da nossa Universidade. No segundo dia, após todos participarem da manifestação pública convocada pelo Fórum das Seis para a frente da reitoria da Unesp, a Plenária foi retomada e aprovou indicativos à categoria (*abaixo*).

Reunião com o reitor

A combatividade e a força do ato obrigaram a reitoria a abandonar a passividade e a posição monolítica dos

últimos dias. Após se recusar a reabrir a discussão sobre o 13º salário no CO, o reitor Sandro Valentini e seu vice, Sérgio Nobre, receberam uma comissão de representantes da Adunesp e do Sintunesp. Eles disseram ao reitor e a seu vice que a comunidade não aceita ser tratada com tamanho desrespeito e que exige o pagamento integral do 13º. Frieram, também, que não é admissível que a reitoria barganhe com o governo a autonomia da Universidade, ao apresentar como contrapartida ao adiantamento de recursos com a promessa de avançar nas reformas administrativa e acadêmica. Questionaram, por fim, as

razões que impedem a reitoria de quitar em uma única parcela o 13º salário, dando a entender que prefere fazer caixa a pagar seus débitos com cerca de 12.700 famílias.

Ao final da reunião, o reitor concordou em agendar uma reunião entre Comissão de Orçamento, Pró-Reitoria de Planejamento (Propeg) e representantes da Adunesp e do Sintunesp, a realizar-se até 21/2, com a intenção de buscar financeira e orçamentariamente recursos para



Indicativos à categoria: HORA DE LUTA! **Greve a partir de 25/2**

Nas assembleias de base que antecederam a reunião do CO, vários *campi* sinalizaram com o indicativo de não iniciar o semestre sem o pagamento do 13º salário. A partir deste cenário, dos informes sobre as negociações da reitoria com o governo e dos fatos do CO de 14/2, a Plenária da Adunesp indica às bases o caminho da mobilização.

Nada está definido na Unesp: nem o pagamento do 13º salário, nem a situação da Universidade até o final deste ano, nem as saídas para a crise de financiamento. O não recebimento do 13º salário pelos estatutários, neste cenário, é apenas a ponta do *iceberg* de uma crise mais séria e profunda. Estamos num momento crítico, numa situação limite em que precisamos tomar a defesa das universidades estaduais paulistas em nossas mãos, uma vez que nossos gestores

não têm se mostrado capazes de fazê-lo. Só a mobilização da comunidade acadêmica pode reverter esse quadro.

A Plenária indica às bases o seguinte calendário de mobilização:

- **Até 19/2:** Assembleias de base nas unidades, para avaliar e deliberar sobre o indicativo de GREVE da categoria a partir de 25/2, até que se pague integralmente o 13º salário para todos.

- **20/2:** Assembleia Geral da Adunesp, às 13h30, na Praça da Sé, nº 108. Pauta única: deliberação oficial sobre a GREVE. A Assembleia também indicará outras iniciativas de luta, como o trabalho com os deputados estaduais eleitos em suas bases.

- **25/2:** Início da GREVE em 25/2, caso a Assembleia Geral da Adunesp assim delibere.



que o pagamento do 13º salário, a ser efetuado em fevereiro, seja maior que o percentual aprovado de 50%, tendo como meta buscar condições para o seu pagamento integral e imediato. Na negociação aberta, a meta dos sindicatos será sempre a de ampliar o percentual inicialmente proposto. Outro aspecto levantado diz respeito à necessidade de olhar com maior atenção o processo, inclusive dando tratamento preferencial e emergencial aos menores salários. Se a reunião chegar a uma proposta, ela será encaminhada para a comunidade deliberar se a aceita ou não, para depois ser firmada entre reitoria e sindicatos. Adunesp e Sintunesp também reivindicaram ter amplo acesso ao teor dos “compromissos” que a reitoria está assinando com o governo.

Ato forte e representativo

A frente da reitoria da Unesp foi ocupada por caravanas de 11 *campi* da Unesp, além de representantes do Fórum das Seis (entidades representativas da USP, Unicamp e Centro Paula Souza) e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

O deputado Carlos Gianazi (PSOL) compareceu ao ato e manifestou apoio aos manifestantes. “O governo do estado tem dinheiro, mas faz a opção política de destiná-lo às grandes empresas, em vez de priorizar os serviços públicos”, denunciou o parlamentar, referindo-se aos vultosos volumes em isenção fiscal que o governo



inscreve na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) todos os anos. Para 2019, a previsão é de uma renúncia fiscal da ordem de 16% de tudo o que será arrecadado em ICMS.

Na fala dos vários oradores, foi comum a denúncia da omissão das rei-

torias frente ao projeto de universidade pública defendido pelo governo Dória e seus antecessores. “Estamos diante de uma política institucional que caminha para a privatização das nossas universidades”, denunciou Antônio Luís de Andrade, da Adunesp.

Debate sobre conjuntura abriu a Plenária

A primeira atividade da Plenária Estadual da Adunesp dos dias 13 e 14/2 foi um debate intitulado “Conjuntura atual - Dilemas e perspectivas do sindicalismo”. A mesa contou com a presença do Prof. Wagner Romão, presidente da Adunicamp, entidade parceira na luta das estaduais paulistas; Atnágoras Lopes (CSP-Conlutas, a Central Sindical ao qual o nosso sindicato nacional é filiado) e a Profa. Angélica Lovatto, representando a Adunesp Central.

A explanação dos debatedores foi gravada e, em breve, estará disponível no Youtube.



Não aceitamos o fechamento de cursos e campi

As informações veiculadas na imprensa, a partir de declarações que teriam sido dadas pelo reitor da Unesp, de que vem sendo estudado o fechamento de cursos e *campi*, caíram como bomba sobre a comunidade unespiana nas cidades onde estão as unidades mais novas, e na comunidade como um todo.

Em meio à manifestação em frente à reitoria neste dia 14/2, quando recebeu representantes da Adunesp e do Sintunesp, o reitor negou a intenção de fechar *campi*. No entanto, conforme comunicado do “Fórum dos Diretores” de unidades, datado de 13/2 – o reitor teria

reconhecido que “está sendo analisada pelos órgãos competentes a questão dos cursos de graduação com baixa demanda, baixo preenchimento de vagas, alta redundância e alto índice de evasão nos *campi* da Unesp, considerando inclusive fechamento desses cursos”.

A Adunesp rejeita essa “saída” para os problemas que a Universidade enfrenta. Em vez de cobrar que o governo estadual garanta o financiamento das universidades públicas, inclusive cumprindo a Lei 1.010/2017 – que trata da insuficiência financeira, expresso no texto a seguir –, nossos reitores prefe-

rem continuar dobrando a espinha e impondo à comunidade o ônus de financiar as universidades com os recursos sequestrados dos seus salários.

Agora, além do arrocho salarial, do congelamento de contratações, entre outras medidas, a reitoria aponta o fechamento de vagas públicas. Para a Adunesp, este é um caminho tão irresponsável quanto a aceitação da expansão sem a contrapartida de recursos perenes. Nossa luta, agora, é para exigir o financiamento adequado das universidades estaduais paulistas, sem fechamento de vagas, cursos ou *campi*!

A culpa NÃO é dos aposentados

Nas várias declarações dadas pela reitoria à imprensa, no afã de explicar a falta de recursos e o não pagamento do 13º de 2018, aparece a dificuldade em arcar com o pagamento dos aposentados da Universidade. Nestas declarações, feitas de modo deliberadamente incompleto, falta explicar que os aposentados não têm NENHUMA responsabilidade sobre isso, ao contrário do governo e da própria reitoria.

Explica-se: Quando a SPPrev foi criada, em 2007, por meio da Lei Complementar 1.010/2007, o texto da lei contemplou uma salvaguarda para os órgãos públicos ao estabelecer que a responsabilidade pelo pagamento da “diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições

previdenciárias dos servidores”, inclusive dos aposentados (a chamada insuficiência financeira) é do tesouro estadual. Ou seja, a diferença entre o que o ente público (como é o caso das universidades estaduais paulistas) arrecada com as contribuições do pessoal da ativa e dos aposentados, e o montante necessário para quitar as aposentadorias DEVE ser paga pelo governo estadual (conforme consta na LC 1.010/2007). O detalhe é que o governo cumpre a lei... menos para as universidades estaduais, usando como desculpa o fato de terem autonomia.

Os aposentados são trabalhadores que contribuíram decisivamente para que esta Universidade se construísse e se consolidasse como uma das melhores do país, e também contribuem para a Previdência. Por isso, merecem

respeito por parte da reitoria e do governo que têm, desde sempre, todas as condições para prever as aposentadorias e, portanto, planejar o montante de recursos destinados ao pagamento das aposentadorias e pensões.

As reitorias da Unesp, USP e Unicamp têm a obrigação de cobrar do governo que cumpra a lei, assim como vêm fazendo ao longo dos anos a Adunesp, o Sintunesp e demais entidades do Fórum das Seis. Há, inclusive, um estudo produzido por comissão constituída por membros do Fórum das Seis em conjunto com as assessorias econômicas do Cruesp, indicando a evolução da insuficiência financeira das universidades ao longo do tempo, certamente do conhecimento dos reitores.

Defesa da aposentadoria

20/2 tem Assembleia Nacional em SP. Adunesp estará presente!

As centrais sindicais brasileiras estão organizando uma agenda de mobilização contra as propostas de reforma da Previdência. No dia 20 de fevereiro, às 10h, na Praça da Sé, está marcada uma Assembleia Nacional, com previsão de caravanas de todo o país. A Adunesp, que fará sua Assembleia Geral na parte da tarde deste dia, e estará presente à atividade na Sé.

Se não construirmos uma reação à altura deste ataque que o atual governo federal nos impõe, a aposentadoria deixará de ser um direito para os trabalhadores

